

REGULAMENTO INTERNO



CRECHE 2019/2020

Avenida Zeca Afonso
2955-220 PINHAL NOVO
Tel.: 21 2362302 – Fax.: 21 2387741
Mail: fundacao@fundacao-coi.pt





ÍNDICE

	Pág.
Nota Preambular	5
Missão da Fundação COI, Visão e Valores da Fundação COI	6
Visão da Creche	7
1. DESTINATÁRIOS DA CRECHE	7
2. OBJETIVOS DA CRECHE	7
3. DIREITOS E DEVERES	8
3.1. DIREITOS DA INSTITUIÇÃO	8
3.2. DEVERES DA INSTITUIÇÃO	8
3.3. DIREITOS DAS CRIANÇAS	8
3.4. DEVERES DAS CRIANÇAS	9
3.5. DIREITOS DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	9
3.6. DEVERES DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	10
3.7. DIREITOS DA COORDENAÇÃO/EQUIPA TÉCNICA	10
3.8. DEVERES DA COORDENAÇÃO/EQUIPA TÉCNICA	11
3.9. DIREITOS DO PESSOAL DE AÇÃO EDUCATIVA	12
3.10. DEVERES DO PESSOAL DE AÇÃO EDUCATIVA	12
4. INSCRIÇÃO	13
4.1. PERÍODO DE INSCRIÇÃO	13
4.2. NORMAS DE ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	13
4.3. IMPRESSOS A PREENCHER NO ATO DA INSCRIÇÃO	14
5. ADMISSÃO	14
5.1. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO	14
5.2. CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO DA ADMISSÃO	15
5.3. ABERTURA DE NOVAS SALAS	15
5.4. LISTA DE INSCRIÇÃO	15
5.5. PERÍODO DE ADMISSÃO	15
5.6. DOCUMENTOS A ENTREGAR NO ATO DA ADMISSÃO	16
5.7. PAGAMENTOS NO ATO DA ADMISSÃO	17
5.8. ENTREVISTA DE DIAGNOSE	17
5.9. ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS	18
6. CONTRATO	18
7. RECURSOS HUMANOS	19
8. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE	19
9. ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO	20
10. SANÇÕES	20
11. FALTAS À FUNDAÇÃO	20

12. DESISTÊNCIAS/INTERRUPÇÕES	21
13. FÉRIAS	21
14. PRAIA	21
15. ASSISTÊNCIA MÉDICA / SAÚDE	22
16. ATIVIDADES E SERVIÇOS PRESTADOS	23
16.1. MOVIMENTO, MÚSICA E DRAMA	23
16.2. NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO	23
16.3. CUIDADOS DE HIGIENE PESSOAL	24
17. O QUE É NECESSÁRIO TRAZER/PERTENCES DA CRIANÇA	24
18. REGRAS DE ACOMPANHAMENTO DA CRIANÇA AO EXTERIOR	25
19. ATENDIMENTO	25
20. CONTACTOS TELEFÓNICOS	25
21. SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES	26
22. TRATAMENTO DE SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES	26
23. SITUAÇÕES DE NEGLIGÊNCIA, ABUSOS E MAUS-TRATOS	26
24. QUEBRA DE CONFIDENCIALIDADE	27
25. ALTERAÇÕES A ESTE REGULAMENTO	27
26. APROVAÇÃO	27
ANEXO I	
ANEXO II	
ANEXO III	

NOTA PREAMBULAR

Numa perspetiva de complementaridade às respostas de intervenção social e comunitária da Fundação COI, nomeadamente na área da infância, juventude e população idosa, surgiu a necessidade de criar um serviço especializado na área da infância, criando mais um recurso disponível à comunidade.

Numa sociedade cada vez mais exigente surgiu a necessidade de assegurar os cuidados às crianças até aos 3 anos, durante os impedimentos profissionais dos seus pais ou de quem tem a sua guarda de facto.

A resposta social de creche tem como objetivo proporcionar o bem estar e o desenvolvimento das crianças num clima de segurança, quer afetivo quer físico, durante o período em que se encontra afastado do seu meio familiar.

Nas relações humanas e na sociedade em geral, o bom entendimento entre os atores é fundamental, para que não se gerem conflitos nas interações do quotidiano, e para tal é essencial estabelecer algumas regras que determinem as formas de condutas necessárias, entre quem presta o serviço e o cliente, para evitar equívocos e prevenir contendas, que por certo surgirão se tais regras não forem implementadas, aceites e compreendidas.

O acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal foi celebrado em 31/03/2013 (Creche Sede) e 22/11/2008 (Creche Vila Bela).

O presente Regulamento visa a equidade e a justiça social a partir de uma rigorosa análise socioeconómica dos seus clientes, não descurando, no entanto, na sua elaboração e aplicação, critérios de economia social e a solidez técnico-financeira da Instituição, prosseguindo sempre critérios de qualidade em todos os serviços e áreas de intervenção, segundo o quadro normativo em vigor.

Foram estas as motivações fundamentais que levaram à redação articulada deste conjunto de normas e/ou regras, que constituem o Regulamento Interno da Creche.

MISSÃO DA FUNDAÇÃO COI

Contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária.

Proteger os cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, em parceria com outras entidades da Rede Social e serviços competentes, públicos ou privados.

Tem ainda como objetivo a cooperação no âmbito nacional e internacional e a educação e a formação profissional dos cidadãos, no sentido de contribuir para combater os fenómenos que levam à exclusão e desproteção social.

VISÃO DA FUNDAÇÃO COI

Criar estruturas sociais e de apoio ao cidadão, enquanto indivíduo, e às famílias, durante todo o seu ciclo de vida, desde o nascimento até ao período de envelhecimento.

Combater os fatores de exclusão social e fomentar os valores de cidadania, contribuindo assim para uma sociedade mais justa, tanto a nível local, como nacional e internacional.

VALORES DA FUNDAÇÃO COI

- Solidariedade
- Igualdade
- Fraternidade
- Liberdade

A CRECHE

VISÃO

A Creche pretende ser um espaço identificado pela excelência dos cuidados prestados, onde a educação e estimulação do desenvolvimento físico e psíquico da criança privilegia a qualidade dos afetos e proporciona um ambiente securizante, por forma a formar cidadãos criativos e conscientes do seu papel na conquista dos Valores Humanos Universais.

1. DESTINATÁRIOS DA CRECHE

A creche é uma resposta social de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança, destinada a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

2. OBJETIVOS DA CRECHE

O objetivo geral da Creche visa proporcionar o bem-estar e desenvolvimento das crianças dos 3 meses aos 3 anos, num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento individualizado e da colaboração estreita com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças.

São objetivos específicos da Creche:

- a) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso a equipamentos de apoio à infância, e para o sucesso das aprendizagens, com especial atenção pelos casos socialmente desprotegidos;
- b) Estimular os diferentes processos de comunicação da criança;
- c) Privilegiar a relação afetiva entre criança/criança, criança/adulto e adulto/criança;
Privilegiar os momentos de rotina como situações essenciais de aprendizagem;
- d) Valorizar o envolvimento dos pais no processo educativo;
- e) Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- f) Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- g) Prestar cuidados de alimentação, higiene e repouso adequados à idade e necessidades das crianças;
- h) Despertar o gosto por novas aprendizagens;
- i) Incentivar o gosto e respeito pelos livros;
- j) Permitir à criança utilizar as novas tecnologias de informação disponíveis;
- k) Favorecer o desenvolvimento físico, cognitivo, motor e sócio afetivo;
- l) Privilegiar o ambiente rico em condições que levem a criança a descobrir-se a si, aos

- outros e ao mundo que as rodeia;
- m) Estimular a autonomia e aquisição de hábitos de higiene;
 - n) Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.

3. DIREITOS E DEVERES

3.1. DIREITOS DA INSTITUIÇÃO

- a) Ver reconhecida a sua natureza particular e, conseqüentemente, o seu direito de livre atuação e a sua plena capacidade contratual;
- b) À corresponsabilização solidária do Estado nos domínios da comparticipação financeira e do apoio técnico;
- c) Fazer cumprir com o que foi acordado no ato da admissão, de forma a respeitar e dar continuidade ao bom funcionamento deste serviço;
- d) Ao direito de suspender este serviço, sempre que as famílias, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente regulamento, de forma muito particular, quando ponham em causa ou prejudiquem a boa organização dos serviços, as condições e o ambiente necessário à eficaz prestação dos mesmos, ou ainda, o relacionamento com terceiros e a imagem da própria Instituição.

3.2. DEVERES DA INSTITUIÇÃO

- a) Promover uma gestão que alie a sustentabilidade financeira com a qualidade global da resposta social;
- b) Prestar os serviços discriminados neste Regulamento e no contrato de prestação de serviços celebrado aquando da admissão;
- c) Garantir a Qualidade dos serviços prestados, nomeadamente através do recrutamento de profissionais com formação e qualificação adequadas;
- e) Manter a atualização dos documentos e registos necessários à prestação do serviço da Creche;
- f) Assegurar a confidencialidade dos dados constantes dos Processos Individuais das crianças;
- g) Respeitar pela individualidade das crianças e famílias proporcionando um comportamento adequado.

3.3. DIREITOS DAS CRIANÇAS

A Criança é detentora de um conjunto de Direitos, dos quais se destacam:

- a) Ver respeitada a sua integridade moral e cívica;
- b) Respeitar a sua individualidade, convicções religiosas e princípios morais, por todos os elementos participantes nas atividades;
- c) Respeitar as diferenças de género, religião, condição socioeconómica, culturais,

privacidade, dignidade, individualidade, autonomia ou outras;

- d) Respeitar os interesses, hábitos de vida, necessidades e expectativas da criança e da família;
- e) Obter a satisfação das necessidades básicas, físicas, psíquicas e sociais usufruindo do plano de cuidados estabelecido e contratado;
- f) Participar em todas as atividades de acordo com os seus interesses e necessidades;
- g) A um processo individual, onde constam todos os documentos e informações transmitidas pelo Encarregado de Educação, o qual apenas terão acesso os técnicos que intervêm diretamente com a criança, nomeadamente Contrato de prestação de serviços, cópia de documentos de identificação da criança e Encarregado de Educação, documentos comprovativos de rendimentos, ficha de avaliação de diagnose, plano individual e as atividades realizadas pela criança;
- h) Encontrar junto do(a) Educador(a) de Infância em particular e de todos os elementos Educativos, disponibilidade e auxílio para a resolução de situações inesperadas próprias da idade desenvolvimental da criança;
- i) Garantir um ambiente estável e seguro para um maior bem-estar da criança;
- j) Garantir a existência de um espaço adaptado às necessidades da criança e da família;
- k) Encontrar na sala condições de higiene e bem-estar compatíveis com as exigências da sua idade, e aprendizagens;
- l) Envolver as famílias no planeamento e avaliação das atividades desenvolvidas;
- m) Beneficiar de apoio especializado, sempre que necessite;
- n) Ter acesso à ementa;
- o) Proteção, em caso de acidente, estando coberto pelo seguro específico.

3.4. DEVERES DAS CRIANÇAS

- a) Apresentar um aspeto cuidado e limpo, tanto no que diz respeito ao corpo como ao vestuário;
- b) Não levar para casa objetos que não lhe pertençam, entregando-os ao Educador de Infância ou Auxiliar de Ação Educativa;
- c) Não ser portador de objetos considerados perigosos para dentro da sala.

3.5. DIREITOS DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

- a) À liberdade de consciência na aquisição de conhecimentos de educação cívica, moral e religiosa das suas crianças, tendo em conta as suas convicções políticas e religiosas;
- b) A serem respeitados por todos os elementos da comunidade educativa;
- c) À informação periódica sobre o desenvolvimento da(s) sua(s) criança(s), o(s) sucesso(s) ou insucesso(s) e ritmos de aprendizagem, bem como a informação sobre o comportamento da(s) mesma(s);

- d) A ser recebido pelo(a) Educador(a) de Infância da(s) sua(s) criança(s) em horário destinado para o efeito, a fim de se evitarem interrupções nas atividades;
- e) A apresentar reclamações à Coordenação Pedagógica, sobre algo que tenha ocorrido;
- f) À solicitação expressa, junto dos serviços da Fundação COI, para consulta do processo individual da criança;
- g) À solicitação de cópia do processo da criança, ou parte dele:
 - As cópias deverão ser requeridas por escrito com indicação do documento a copiar, ao Gabinete de Apoio Geral;
 - As cópias serão fornecidas no prazo máximo de dois dias úteis, começando a contar no dia seguinte ao da requisição;
 - Cada fotocópia terá um custo operacional, cujo o , valor será debitado no recibo mensal do mês seguinte;
 - Todo este processo deverá ser desenvolvido nos horários normais de expediente afixados.

3.6. DEVERES DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

- a) Respeitar todos os elementos da comunidade educativa;
 - b) Contribuir por todas as formas para a educação integral e desenvolvimento da(s) criança(s);
 - c) Facultar informação pormenorizada e verdadeira relativa à(s) criança(s), sempre que a mesma seja solicitada e tenha a ver com o desenvolvimento educativo desta(s) e com o seu estado de saúde;
 - d) Colaborar com a Equipa Pedagógica, não exigindo a prestação de serviços para além do plano estabelecido;
 - e) Comunicar atempadamente as alterações que estiveram na base da celebração deste contrato;
 - f) Proceder atempadamente ao pagamento da mensalidade, de acordo com o contrato previamente estabelecido;
 - g) Zelar pela assiduidade e pontualidade da(s) sua(s) criança(s) e justificar as faltas da(s) mesma(s);
- Assegurar a higiene, o descanso, a alimentação e a saúde das mesmas;
- h) Comparecer na Instituição sempre que solicitados ou por sua iniciativa, no sentido de melhor conhecer a vida da(s) sua(s) criança(s);
 - i) Conhecer, respeitar, cumprir e fazer cumprir à(s) sua(s) criança(s) o Regulamento Interno.

3.7. DIREITOS DA COORDENAÇÃO/EQUIPA TÉCNICA

Exercício das suas função, no respeito pelo Regulamento Interno em vigor;

- a) Ser respeitado pela sua hierarquia, colegas, crianças, outros colaboradores e Encarregados de Educação;
- b) Ter um ambiente de trabalho agradável;
- c) À metodologia de trabalho, desde que devidamente fundamentada e enquadrada nos Planos Pedagógicos de Atividades;
- d) Aceder a uma permanente atualização científica e pedagógica e a ações de formação;
- e) Trocar experiências, apoiando-se mutuamente na resolução de problemas de âmbito pedagógico e relacional, nas reuniões de Creche, Conselho Pedagógico e outras;
- f) Proporcionar um ambiente acolhedor e dinamizador de aprendizagens, onde a criança se possa desenvolver de forma global, adequada e harmoniosa;
- g) Aceder a todo o material indispensável à sua atividade e de acordo com as possibilidades económicas da Fundação COI.

3.8. DEVERES DA COORDENAÇÃO/EQUIPA TÉCNICA

- a) Ser assíduo e pontual;
- b) Respeitar superiores hierárquicos, colegas, crianças, outros colaboradores e Encarregados de Educação;
- c) Cumprir os conteúdos e objetivos das atividades definidos no Plano de Atividades Anual da Fundação COI, e das atividades de sala planeadas;
- d) Participar ativamente em todas as atividades decorrentes das iniciativas da Comunidade e da Fundação COI;
- e) Comparecer a todas as reuniões para que for convocado;
Cumprir e fazer cumprir as deliberações das reuniões Pedagógicas e as indicações do Conselho de Administração;
- f) Manter sob sigilo informações relativas aos assuntos discutidos em reuniões de trabalho;
- g) Manter sob sigilo informações relativas à vida pessoal da(s) criança(s) e sua(s) família(s);
- h) Respeitar o definido em procedimento instrutório de proteção e tratamento de dados pessoais da Fundação;
- i) Informar os Encarregados de Educação dos seus direitos, deveres e dos Planos de Atividades;
- j) Assumir perante as crianças comportamentos e atitudes que o dignifiquem como profissional de educação;
- k) Manter a normal disciplina e ordem na sala de aula e fora dela, cumprindo e fazendo

cumprir o Regulamento Interno;

l) Dar conhecimento à Coordenação Pedagógica da Fundação COI as anomalias que venha a verificar em qualquer aspeto do funcionamento da sala;

m) Zelar pela conservação de instalações, mobiliário e material didático;

n) Manter-se vigilante durante as horas de recreio, para que possam ser evitadas atividades lúdicas ou outras que se mostrem perigosas à integridade física e/ou moral das crianças;

o) Não fumar, ingerir bebidas alcoólicas ou outras quaisquer drogas, em qualquer espaço da Instituição.

p) Manter-se tecnicamente atualizado para o desempenho da sua função. Deverá igualmente manter-se atualizado relativamente à legislação de enquadramento.

3.9. DIREITOS DO PESSOAL DE AÇÃO EDUCATIVA

a) A ser respeitado pelos superiores hierárquicos, colegas, outros colaboradores, crianças e Encarregados de Educação;

b) Ter um ambiente de trabalho agradável;

c) Ao reconhecimento da dignidade da sua função;

d) Ter condições de valorização pessoal e profissional e acesso a ações de formação gratuitas;

e) Ser atendido de forma condigna pelos seus superiores hierárquicos;

f) Apresentar sugestões que considere pertinentes.

3.10. DEVERES DO PESSOAL DE AÇÃO EDUCATIVA

a) Ser assíduo e pontual;

b) Respeitar toda a comunidade educativa;

c) Atender corretamente a quem necessite dos seus serviços;

d) Cumprir as tarefas que lhe forem atribuídas e colaborar em todas as atividades para que for solicitado;

e) Criar bom relacionamento com toda a comunidade educativa;

f) Guardar sigilo sobre assuntos relativos à sua função, nomeadamente sobre a vida particular, educativa e familiar das crianças;

g) Respeitar o definido em procedimento instrutório de proteção e tratamento de dados pessoais da Fundação;

h) Não permitir a entrada a pessoas estranhas às salas;

i) Manter-se vigilante durante as horas de recreio, para que possam ser evitadas atividades lúdicas ou outras que se mostrem perigosas à integridade física e/ou moral das crianças;

j) Zelar pela limpeza, conservação e arrumação das instalações, mobiliário e material

pedagógico;

- k) Não fumar, não ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de qualquer outra droga, em qualquer espaço da Instituição;
- l) Dever de informar o Educador de Infância sempre que se verifique um comportamento menos digno de algum elemento da comunidade educativa.

4. INSCRIÇÃO

4.1. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

- a) As inscrições realizam-se durante todo o ano;
- b) Pode ainda descarregar a Ficha de Admissão/Renovação, no sítio da Fundação, www.fundacao-coi.pt, e posteriormente contatar o Gabinete Social para formalizar a inscrição, juntamente com a entrega da seguinte documentação:
- c) O preenchimento online não substituiu a inscrição presencial nem garante a entrada direta na lista de inscrição.

4.2. NORMAS DE ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

- Preenchimento da ficha de Admissão/Renovação;
 - Pagamento da inscrição;
 - Pagamento da renovação de frequência (renovada anualmente).
- a) Ficam isentos do pagamento de renovação de frequência todas as crianças cuja inscrição tenha sido efetuada a partir do mês de Junho (inclusive), do ano a que diz respeito, tendo no entanto que pagar as diferenças que se verificarem resultantes de atualizações. Terão também que fazer a entrega obrigatória dos documentos previstos no **ponto n.º 5.6.** desde que se verifiquem alterações, com vista ao estabelecimento da comparticipação familiar mensal;
 - b) No ato da inscrição o interessado é informado se tem vaga para entrar de imediato ou se tem de aguardar em Lista de inscrição;
 - c) Se houver vaga é marcada a Ficha de Avaliação de Diagnose e feita a admissão;
 - d) Se não houver vaga, o interessado poderá preencher a Ficha de Admissão/Renovação juntamente com o pagamento da inscrição que lhe é inerente, ficando sujeito a Lista de inscrição no disposto **no ponto n.º 5.4;**
 - e) A inscrição deixará de ser válida, após dez dias seguidos de ter sido notificado por escrito da existência de vaga e não responder. Não há lugar ao reembolso do valor referente à mesma.

4.3. IMPRESSOS A PREENCHER NO ATO DA INSCRIÇÃO

- a) Ficha de Admissão/**simulação sem compromisso do cálculo da comparticipação familiar a calcular no ato de admissão;**
- b) Ficha de Transporte (facultativo);
Declaração assinada pelo Encarregado de Educação em como autoriza a fotocópia do Cartão do Cidadão do titular e da criança, para constituição do processo individual da mesma;
- c) Declaração de consentimento informado assinada como autoriza a Fundação ao tratamento de dados pessoais, com a finalidade de contratualizar o serviço.

5. ADMISSÃO

- a) A admissão é condicionada à existência de vagas.
- b) Para além do definido no processo de admissão, toda a informação dos dados pessoais da criança e agregado familiar são informatizados, para efeitos de elaboração do processo individual, manifestando assim, o seu consentimento através da assinatura do termo de responsabilidade. O acesso ao processo individual da criança é restrito à equipa pedagógica da Creche, devendo esta cumprir com o definido no Código de Conduta e de Ética da Instituição relativo à confidencialidade;
- c) Em caso de admissão considerada urgente, toda a admissão efetiva fica condicionada à entrega dos documentos e critérios de priorização, cabendo a responsabilidade da regularização previsto **nº 5.6.** à entidade colocante e família.

5.1. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

- a) Ter idade inferior a 3 anos;
- b) A admissão pode ser recusada às crianças portadores de doenças infetocontagiosas, e de patologia mental aguda, ou outros, estando sujeitas a análise técnica prévia por parte de Equipa Técnica e decisão do Conselho de Administração;
- c) Quando se trate da admissão de crianças com deficiência ou com alterações nas estruturas ou funções do corpo, deve ser previamente garantida a colaboração das equipas locais de intervenção na infância;
- d) As admissões far-se-ão por ordem de inscrição, tendo em conta as variáveis: idade, carência socioeconómica, ausência de suporte familiar e outras constantes noutras partes deste Regulamento, após Análise Técnica do processo e posterior decisão do Conselho de Administração;
- e) Quer a admissão inicial, quer a renovação de frequência só se efetivam após o cálculo da comparticipação familiar e respetiva aceitação.

5.2. CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO DA ADMISSÃO (de 1 a 4, sendo o 4 o mais importante):

CrITÉrios de Ponderação	Pontuação de cada critério
Pais empregados, residentes na freguesia de Pinhal Novo	4
Crianças residentes na freguesia de Pinhal Novo	4
Crianças em Risco	4
Agregado familiar mais desprotegido	3
Vagas no nível etário	2
Irmãos a frequentar a Instituição	1
Frequência a tempo inteiro e de todas as atividades da componente não letiva (caso aplicável)	1

5.3. ABERTURA DE NOVAS SALAS

O Conselho de Administração reserva-se ao direito de abrir salas de Creche, além das protocoladas nos acordos de cooperação, nos termos da legislação vigente, situação em que as crianças pagarão mensalmente o custo real por cliente.

5.4. LISTA DE INSCRIÇÃO

- Constarão na Lista de inscrição as crianças que, após realização de inscrição não tenham vaga no momento;
- Os pais ou Encarregados de Educação serão notificados, por correio ou telefone, assim que haja uma vaga. Nesses casos, o Encarregado de Educação deverá efetivar a matrícula através do pagamento da respetiva mensalidade. Se não houver resposta no prazo de dez dias, será considerada desistência e não haverá lugar a restituição de qualquer verba relativa à Pré-inscrição;
- Caso exista, a Lista de inscrição, será afixada nos locais de estilo da Fundação, a qual será atualizada sempre que se registem alterações;
- A admissão da criança respeita sempre os critérios definidos anteriormente de acordo com o **ponto nº 5.2.**

5.5. PERÍODO DE ADMISSÃO

- O principal período de admissão decorre no mês de Setembro, apesar de se realizarem admissões durante todo o ano, para salvaguardar o preenchimento de vagas que porventura surjam;
- No período de Junho a Agosto inclusive, todas as admissões são alvo de uma análise individual e casuística, em função do funcionamento da Fundação nessa época do ano e das

necessidades das famílias;

c) Sempre que a lotação de uma sala esteja esgotada, mas as condições sociofamiliares da criança o exijam, o Conselho de Administração reserva-se ao direito da decisão da sua admissão, além lotação da sala, desde que a situação seja solicitada ou sinalizada por entidades competentes e exija uma admissão imediata;

d) Sempre que haja uma inscrição com o intuito de assegurar uma admissão a posteriori, como nos casos em que a criança ainda não está em idade de ser admitida na creche, será assumido o seguinte procedimento:

- O Encarregado de Educação é informado da existência de vagas naquele momento;
- É feita a Inscrição e respetivo pagamento;

Quando haja apenas uma vaga, são contactados os Encarregados de Educação, por ordem de inscrição, no sentido de saber do interesse em assegurar a vaga

- No caso de interesse por parte do Encarregado de Educação, este efetivará a Admissão e procederá ao pagamento da mensalidade, a partir dessa data.

NOTA:

Nestas circunstâncias, devido ao número de desistências registado, o pagamento da Inscrição não funciona como reserva antecipada de vaga.

5.6. DOCUMENTOS A ENTREGAR NO ATO DA ADMISSÃO

Para efeitos de admissão, o Encarregado de Educação da criança deve marcar entrevista com o Gabinete Social para preenchimento de uma Ficha de Admissão/Renovação que constitui parte integrante do processo da criança, devendo fazer prova das declarações efetuadas, mediante a apresentação dos seguintes documentos, para conferência:

- a) Cartão de Cidadão da criança;
- b) Cartão de Cidadão dos elementos do Agregado Familiar ou de quem exerça a responsabilidade parental;
- c) Boletim de vacinas da criança, atualizado;
- d) Declaração médica em como o estado de saúde da criança não é incompatível com a frequência da Fundação;
- e) Declaração de rendimentos e nota de liquidação do IRS do ano anterior, para identificar rendimentos que não seja por conta de outrem, a qual serão considerados em termos de cálculo da capitação. Na falta da referida documentação, determina-se a fixação da comparticipação familiar máxima, conforme definido no presente regulamento. Também se aplicará a comparticipação familiar máxima, na ausência total de entrega da documentação solicitada e que servem de base ao cálculo da mensalidade;
- f) Três últimos recibos do vencimento, que são projetados a 14 meses para efeitos de cálculo de capitação;

- g) Três últimos recibos da renda de casa ou amortização de casa própria, desde que esteja a ser paga. Esta despesa deverá corresponder a uma habitação coincidente com a morada efetiva da família;
- h) Três últimos recibos do Passe Social e fotocópia do passe com a respetiva vinheta atualizada;
- i) Em caso de existência de doenças crónicas no agregado familiar, apresentar declaração médica comprovativa da mesma e recibos de farmácia dos três últimos meses, que comprovem a despesa média mensal, relativamente à mesma;
- j) Três últimos recibos de pagamento de comparticipação familiar em Residência de Idosos;
- k) Para os rendimentos empresariais e profissionais no âmbito do regime simplificado é considerado o montante anual resultante da aplicação dos coeficientes previstos no Código do IRS ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e de serviços prestados;
- l) Consideram-se rendimentos prediais os rendimentos definidos no Código do IRS, designadamente, as rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos, pagas ou colocadas à disposição dos respetivos titulares, bem como as importâncias relativas à cedência do uso do prédio ou de parte dele e aos serviços relacionados com aquela cedência, a diferença auferida pelo sublocador entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio, à cedência do uso, total ou parcial, de bens imóveis e a cedência de uso de partes comuns de prédios, de acordo com a Circular em vigor emitida pelo Instituto de Segurança Social;
- m) Nas situações em que o rendimento *per capita* ultrapasse o escalão superior de comparticipação familiar, ou naquelas em que o Encarregado de Educação considere não ser necessária a exibição de provas do rendimento do seu agregado familiar, poderá prescindir de o fazer, mediante o preenchimento de declaração, na qual expresse essa sua opção. Nesses casos, será aplicada a comparticipação familiar máxima;
- n) Nos casos em que a criança se encontra à guarda de apenas um dos progenitores, deverá ser entregue o documento judicial comprovativo da regulação das responsabilidades parentais;
- o) Verificando-se a inexistência desse documento será considerado os rendimentos dos dois progenitores;
- p) Em caso de desemprego, Declaração do Centro Regional de Segurança Social, comprovativa desta situação.

5.7. PAGAMENTOS NO ATO DA ADMISSÃO

No ato da admissão são devidos os seguintes pagamentos:

- a) O valor da Inscrição (Anexo - consultar preçário);
- b) **Comparticipação familiar mensal calculada**, após a entrega dos documentos, válidos, previstos no **ponto n.º 5.6.** e de acordo com o preceituado nos **pontos n.º 1 e 2**

do Anexo I;

- c) O valor da do **Seguro** contra Acidentes e responsabilidade civil, com periodicidade anual.

NOTA:

- a) Se a admissão se verificar até ao dia 15, inclusive, a importância a pagar será relativa a um mês;
- b) Se a admissão se verificar após o dia 15, a importância a pagar será correspondente a meio mês.

5.8. ENTREVISTA DE DIAGNOSE

Após decisão da admissão da criança, efetuar-se-á à abertura de um processo individual da criança, permitindo assim realizar a diagnose, assim como a definição do acompanhamento aos serviços prestados.

A entrevista tem como objetivo que, em diálogo com o(s) Encarregado(s) de Educação, sejam obtidas informações sobre o desenvolvimento da criança, hábitos de alimentação, saúde, etc.

- a) A Entrevista de Diagnose, na qual será preenchida a Ficha de Avaliação de Diagnose e o Perfil de Desenvolvimento, consoante a idade da criança, só é marcada depois dos documentos referidos no **ponto n.º 5.6.** terem sido entregues no Gabinete Social, durante o horário de atendimento;
- b) A Ficha de Avaliação de Diagnose é preenchida pelo responsável da Resposta Social e será assinada por todos os intervenientes, sendo a fotocópia desta ficha entregue na sala, bem como o registo de contatos, autorizações de saída e informação psicossocial;
- c) A Ficha de Autorização de Saída, a preencher pelo Encarregado de Educação ou por quem tem a guarda da criança, deverá nomear os adultos que podem recolher a criança à saída da Instituição, com indicação do parentesco, contato telefónico e número de Identificação Civil. Em caso de dúvida, a esses adultos poderá ser exigida pelos serviços, a exibição do Cartão de Identificação Civil.

5.9. ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS

No acolhimento da criança, deve-se ter em conta o impacto emocional da entrada na creche.

O responsável pela receção da criança na creche deve ter em conta o carácter e a personalidade da mesma, adequando as estratégias e ações a desenvolver de forma a garantir a sua adaptação e integração na respetiva sala.

6. CONTRATO

- a) Aquando da admissão da criança é celebrado um contrato entre a Fundação COI e o Encarregado de Educação que regula a prestação de serviços prestados. Em todas as

matérias em que o mesmo seja omissa, prevalece o disposto na Legislação vigente aplicável e no presente Regulamento;

b) O Contrato é assinado por ambas as partes, sendo entregue uma cópia ao Encarregado de Educação ou quem detenha as responsabilidades parentais e outra cópia fará parte integrante do processo individual da criança.

7. RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal afeto à Creche, encontra-se afixado em local de estilo, contendo a indicação do número de recursos humanos, formação e conteúdo/categoria funcional, definido com a legislação em vigor.

8. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE

- a) A Creche funciona das 07H00 às 19H30;
- b) A entrega das crianças é feita diretamente no espaço de acolhimento, e terá lugar até às 09H00. Após esta hora são recebidas na portaria. O acesso às instalações poderá ser permitido em situações especiais, nomeadamente durante o período de adaptação. O acesso às instalações também poderá ocorrer em dias de aniversário das crianças ou situações de visita dos pais ou outros familiares próximos. Nestes casos deverão os interessados, com antecedência de 3 dias combinar com a Coordenação Pedagógica;
- c) Considerando as atividades planificadas das diversas salas, a entrada das crianças deverá verificar-se até às 09H15, hora a partir da qual se considera perturbar o normal funcionamento do desenvolvimento das atividades, pelo que a entrada a partir da referida hora só se verificará em situações devidamente justificadas;
- d) A recolha das crianças diretamente nas salas terá lugar a partir das 17H00, antes desta hora a entrega terá lugar na portaria;
Para a entrega ou recolha das crianças nas salas, dentro dos horários previstos, não deverá entrar mais do que um adulto por criança;
- e) O prolongamento do horário de saída até às 19H30 só é utilizado para os casos cujos afazeres profissionais dos pais não permitam recolher as crianças até às 18H00. Daí a necessidade de apresentação **obrigatória** do comprovativo do horário de trabalho dos pais. O não cumprimento desta obrigatoriedade implica a sanção prevista no **ponto n.º 10**;
- f) A permanência além das 18H00 implica o pagamento mensal (Anexo – consultar preço), relativo a um suplemento alimentar que será servido após esse horário, devendo os Encarregados de Educação requerê-lo por escrito, através de impresso próprio, em anexo;
- g) A saída das crianças com outras pessoas além das referidas na **alínea c) do ponto n.º 5.8** deve ser comunicada e autorizada até às 15H00, do dia a que corresponde, por escrito. Admite-se o envio por fax ou e-mail com a identificação civil, residência e contacto

da pessoa autorizada. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida pelos serviços, através do telefone disponibilizado pelo Encarregado de Educação aos serviços.

9. ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO

- a) A Fundação encerra aos Sábados, Domingos, Feriados Nacionais e Feriado Municipal, o qual poderá ser substituído por outra data;
- b) A Fundação encerra na véspera de Natal e véspera de Ano Novo;
- c) A Fundação encerra para férias num período nunca inferior a 15 dias úteis, acertando ao calendário por semanas certas entre a última semana de Julho e a quarta de Agosto. Anualmente serão definidas as datas no Plano de Encerramentos;
- d) Poderá haver dias de encerramento ao longo do ano, além dos atrás referidos, num máximo de seis, por decisão do Conselho de Administração, caso em que os Encarregados de Educação serão avisados atempadamente, aquando da definição do Plano Anual de Atividades, mais concretamente no Plano de Encerramentos.

10. SANÇÕES

- a) O não cumprimento do horário de saída da criança da Fundação implica o pagamento de uma penalização (Anexo – consultar preçário) até às **18H30** e mais acresce outro valor, por cada período de meia hora além das **18H30**;
- b) Para as crianças abrangidas pelo previsto na **alínea f) do ponto n.º8**, as sanções previstas no parágrafo anterior aplicam-se a partir das **19H30**;
- c) Além das **20H00** e caso não haja informação da excecionalidade da situação, a criança será entregue no Lar de Crianças e Jovens (Rua José Régio, n.º 16, 2955-202 Pinhal Novo) e será cobrado um valor adicional, por refeição. (Anexo – consultar preçário). No caso da criança frequentar a Creche de Vila Bela, será entregue no Centro de Acolhimento Temporário (0 - 6 anos) (Rua Bartolomeu Dias, 2955 - 151 Pinhal Novo).

11. FALTAS À FUNDAÇÃO

- a) As faltas **deverão ser comunicadas** até às 09H30 do próprio dia, e avisar da previsão de regresso;
- b) **A participação familiar mensal é sempre paga na sua totalidade**, não sofrendo qualquer dedução decorrente da ausência da criança, excetuando-se as situações previstas no ponto seguinte e no **ponto n.º 3 do Anexo I** deste regulamento;
- c) Apenas se procederá a um desconto ao fim de 15 dias consecutivos de faltas por doença confirmada pelo médico ou férias, desde que comunicadas atempadamente, conforme previsto na **alínea a) do ponto 13**.

12. DESISTÊNCIAS/INTERRUPÇÕES

- a) Em caso de desistência, o Encarregado de Educação da criança terá de comunicar no Gabinete de Apoio Geral da Fundação, através de impresso próprio em anexo, até ao **dia 15 do mês anterior** em que vai ocorrer a desistência. No caso de o dia 15 coincidir com o fim de semana ou feriado, deve fazê-lo até à sexta-feira que o antecede. Se o não fizer até à data supracitada fica sujeito ao pagamento da comparticipação familiar mensal na sua totalidade;
- b) Caso ocorra a ausência da criança até 1 mês, sem qualquer comunicação em impresso próprio para o efeito e/ou regularização da situação, esta é considerada como desistência pela Fundação, devendo o Encarregado de Educação proceder ao pagamento do primeiro mês de ausência;
- c) Numa situação de **acumulação de dívida** referente a comparticipações familiares mensais em atraso de 2 meses consecutivos, sem qualquer comunicação por escrito, justificativa da situação do Encarregado de Educação e após advertência escrita por parte da Fundação, procederá esta à **anulação da matrícula** da criança;
- Em caso de desistência não haverá lugar a reembolso de qualquer valor relativo a pagamentos anuais.

13. FÉRIAS

- a) Todas as crianças deverão ter **obrigatoriamente um mês de férias**, devendo os pais comunicar no Gabinete de Apoio Geral da Fundação, em impresso próprio em anexo, o período de ausência, até oito dias antes do período previsto para férias;
- b) A comparticipação familiar mensal do mês de Agosto será paga em **sete prestações**, de Outubro a Abril, não sendo qualquer verba restituída, caso se verifique a saída da criança antes daquele mês;

O valor considerado na **alínea c) do ponto n.º11** só será descontado à comparticipação familiar mensal no período de férias, desde que seja comunicada à Fundação em impresso próprio, em anexo, até oito dias antes do período previsto para férias.

14. PRAIA

- a) Poderão participar na atividade Praia, prevista para o Pré-Escolar, as crianças a frequentar a Creche com mais de dois anos, à data de inscrição na praia;
- b) As inscrições para a praia, serão feitas no mês de **Maior** e debitadas no recibo de **Junho**.
Qualquer desistência só será considerada até ao **último dia útil** do mês de **Maior**, dentro do horário do Gabinete de Apoio Geral da Fundação;
- c) O período designado pela Fundação para a praia, será compreendido entre a primeira

quinzena de Junho até à segunda semana de Julho, de acordo com o Plano Anual de Atividades a divulgar em Dezembro.

15. ASSISTÊNCIA MÉDICA / SAÚDE

a) Os pais serão informados pela responsável da sala a que a criança pertence, sempre que sejam notados quaisquer sinais de doença;

A Fundação COI toma a responsabilidade de, na eventualidade de **acidente ocorrido dentro do horário de funcionamento da mesma**, dar assistência médica imediata, sendo as **despesas cobertas pelo Seguro**, não assegurando o acompanhamento a tratamentos e consultas posteriores;

b) É **expressamente proibida** a entrada das crianças na Fundação manifestando sintomas febris, (ou outros tipos de manifestações de doença) e distúrbios gastrointestinais, nomeadamente vômitos e diarreias;

c) Sempre que a criança saia da Fundação manifestando quaisquer sinais de doença, só poderá voltar a frequentar a mesma, depois de apresentar **documento comprovativo do restabelecimento do estado de saúde e em como o estado de saúde da criança não é incompatível com a frequência da Fundação**;

d) A família deverá informar de eventuais ocorrências de saúde registadas pela criança na véspera, assim como da medicação que esteja a fazer;

e) **Os medicamentos** a administrar às crianças, terão que ser devidamente entregues, acompanhados da respetiva bula, sendo que os mesmos só serão aceites se forem acompanhados do **impresso que existe para o efeito** em anexo, e onde se fará constar: o nome da criança, a sala, o nome do medicamento, a quantidade, a hora e via de administração;

f) Os medicamentos disponíveis na Fundação para situações de S.O.S. e até à chegada dos pais são:

- “Tipo “Betadine” para desinfecções.
- “Tipo “Ben-u-ron” ou “Panasorbe” (Paracetamol) para estados febris, nas dosagens adequadas às idades.
- Nos casos de deteção de efeitos secundários à toma do medicamento, a criança será encaminhada para os serviços de saúde.

g) Com o objetivo de salvaguarda da saúde das crianças, o **acesso à creche é obrigatoriamente feito com botas próprias** para o efeito, fornecidas à entrada da mesma.

16. ATIVIDADES E SERVIÇOS PRESTADOS

A creche presta um conjunto de atividades e serviços, adequados à satisfação das necessidades da criança e de acordo com as suas capacidades e competências, designadamente:

16.1. MOVIMENTO, MÚSICA E DRAMA

a) Poderá haver uma aula semanal de “movimento, música e drama”, incluída no preço da comparticipação familiar mensal, calculada conforme o preceituado no **ponto n.º 2 do Anexo I**, para todas as crianças da Fundação, a partir de 1 ano de idade, que será desenvolvida pela própria Educadora da sala ou por um Professor da área contratado para o efeito.

NOTA: Nesse dia as crianças deverão vir equipadas com roupa e calçado mais confortável.

b) Para melhor desempenho e conforto, as crianças com mais de 24 meses poderão usar o equipamento de Educação Física, disponível para aquisição no Gabinete de Apoio Geral;

c) O equipamento é composto por:

- Camisola branca com logótipo da Fundação COI;
- Calções brancos com logótipo da Fundação COI;
- No Inverno deverão usar fato de treino e a camisola branca com o logótipo da Fundação COI;

d) O horário da aula será definido e divulgado em cada ano letivo e de acordo com a organização e funcionamento da resposta social. Será dada tolerância de 10 min., após a qual as crianças não poderão participar na atividade.

16.2. NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

A creche dispõe de um serviço de nutrição e alimentação adequados à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrição médica. As crianças têm direito a uma alimentação cuidada, mediante ementas semanais elaboradas por um Nutricionista e afixadas em local visível adequado.

a) A alimentação diária da criança na Fundação COI é constituída por:

- Pequeno-almoço (servido a partir das 07H30 às 09H00) (quando contratualizado);
- Almoço (servido a partir das 11H30);
- Lanche (servido a partir das 15H30).

b) Às crianças que requeiram prolongamento de horário, às 18H30 ser-lhes-á fornecido um suplemento alimentar;

c) Os pequenos-almoços são servidos até às 09H00 e a partir desta hora as crianças já deverão ser entregues devidamente alimentadas. A partir das 09H00 não haverá serviço de pequeno almoço;

Considerando que a comparticipação familiar mensal inclui a alimentação da criança

descrita nas **alíneas a) e b)** e por questões de funcionamento e segurança de higiene alimentar é **expressamente proibido** que as crianças tragam alimentos para comer na Fundação COI, com exceção das crianças que apresentem reações alérgicas a alimentos e que comprovem com declaração médica.

16.3. CUIDADOS DE HIGIENE PESSOAL

Os cuidados de higiene pessoal são realizados de acordo com a especificidade de cada criança e seu estado desenvolvimental.

17. O QUE É NECESSÁRIO TRAZER/PERTENCES DA CRIANÇA

- a) Um **bibe** modelo único, a partir do 2º Berçário inclusive, a adquirir na Fundação COI, que deverá ser convenientemente identificado com o nome da criança;
- b) Um **saco** modelo único, para guardar as roupas e objetos pessoais da criança, a partir do 2º Berçário inclusive, a adquirir na Fundação COI, que deverá ser convenientemente identificado com o nome da criança;
- c) Um **panamá**, modelo único em uso na Fundação COI, que deverá ser devidamente identificado com o nome da criança;
- d) Uma **muda de roupa**, devidamente identificada com o nome da criança;
- e) Se a criança frequentar o 1º Berçário deverá entregar na Fundação COI a **informação fornecida pelo Pediatra quanto à respetiva alimentação** e alterações da mesma, durante o 1º ano de vida;
- f) As **fraldas, toalhetes, pomadas/cremes/produto de tratamentos e limpeza** a ser utilizados na higienização das crianças a frequentar a Creche, são da responsabilidade dos Encarregados de Educação;
- g) Para as crianças de 1º Berçário, os **leites** usados na Fundação COI são os de tipo genérico das seguintes marcas: Aptamil e Nan, de acordo com as respetivas idades. Todos além destes serão da responsabilidade do Encarregado de Educação, incluindo os leites específicos das marcas em uso (hipoalergénicos, antirefluxo, confort, ou outros). Caso não sejam utilizados os leites acima indicados não haverá lugar a qualquer tipo de reembolso. As **papas** são das marcas Cérelac, Milupa ou equivalente;
- h) A Fundação COI não se responsabiliza pelos seu danos ou extravio de objetos de valor que a criança possa trazer;

Todos os objetos da criança são registados na sua lista de pertences.

A compra do equipamento para a frequência na resposta social será adquirido mediante solicitação do Encarregado de Educação, por escrito, no Gabinete de Apoio Geral. O valor do equipamento encontra-se definido em anexo ao presente regulamento.

18. REGRAS DE ACOMPANHAMENTO DA CRIANÇA AO EXTERIOR

- a) As deslocações ao exterior para atividades dentro do concelho, que não impliquem custos adicionais, o Encarregado de Educação é previamente informado;
- b) Relativamente a atividades fora do concelho, serão comunicadas aos Encarregados de Educação e, será disponibilizada informação acerca da organização da atividade e sobre os custos adicionais. Nas deslocações ao exterior as crianças são acompanhadas pelo(a) Educador(a) e por colaboradores designados para o efeito.

19. ATENDIMENTO

- a) O atendimento aos Encarregados de Educação é feito pelos(as) Educadores(as) responsáveis pelas salas, mediante marcação prévia, de acordo com o calendário pré-estabelecido;
- b) Os apoios de Psicologia e de Serviço Social aos Encarregados de Educação, carecem de marcação prévia;
- c) Em situação de exceção, devidamente justificada, e existindo técnicos disponíveis, haverá lugar a atendimento imediato.

20. CONTACTOS TELEFÓNICOS

- a) Sempre que ocorra uma situação anómala com alguma criança, a mesma será avaliada pela Coordenação Pedagógica e apresentada por escrito ao Conselho de Administração. Os Encarregados de Educação serão avisados telefonicamente, apenas em casos de manifesta urgência, tal como nos casos de necessidade de transporte urgente para o Serviço Hospitalar;
Caso a situação anómala não for de carácter urgente, a mesma será comunicada oralmente ao Encarregado de Educação, quando vier buscar a criança e será entregue a informação por escrito, no final do dia;
- b) Os contactos telefónicos dos Encarregados de Educação, no intuito de obter informações acerca do(s) seu(s) educando(s), não devem interromper as atividades ou perturbar o funcionamento da sala. Nesse sentido, sempre que não for possível o responsável da sala atender as chamadas, qualquer mensagem deverá ser deixada à telefonista, que registrará por escrito e se encarregará de a transmitir à responsável da sala onde a criança está integrada.

21. SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES

- a) Os Encarregados de Educação poderão apresentar sugestões, opiniões que serão sempre analisadas e tidas como eventuais oportunidades de melhoria, desde que construtivas;
- b) Disponibiliza-se uma caixa de sugestões onde o cliente poderá colocar as suas sugestões e/ou propostas de melhoria;
- c) As reclamações que os Encarregados de Educação entendam como necessárias, deverão ser dirigidas por escrito ao Conselho de Administração;
- d) A Fundação COI disponibiliza aos seus clientes um livro de reclamações, de acordo com a legislação vigente.

22. TRATAMENTO DE SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES

- a) Quando surge uma sugestão ou reclamação por parte do Encarregado de Educação, esta é tratada e elaborado um relatório com a análise da situação, o qual é encaminhado para o Conselho de Administração da Fundação COI juntamente com uma proposta de atuação;
- b) Haverá posteriormente lugar a uma comunicação ao(s) reclamante(s) sobre o resultado da sua sugestão e/ou reclamação;
- c) As reclamações registadas, fazem parte do processo individual da criança.

23. SITUAÇÕES DE NEGLIGÊNCIA, ABUSOS E MAUS-TRATOS

- a) Os(as) Educadores(as) quando detetam algum sinal de negligência externa (eventualmente do agregado familiar), abuso ou maus-tratos, registam a situação e encaminham para o Conselho de Administração que solicitará a intervenção de um Psicólogo da Fundação COI, de forma a que este avalie a situação;
- b) Quando confirmada são convocados os Encarregados de Educação;
- c) Nos casos em que não é possível resolver a situação apenas com a intervenção técnica especializada, e avaliada a gravidade da situação, esta será sinalizada às autoridades competentes na área da infância;
- d) No caso de ser detetado alguns maus-tratos de origem interna, a situação será imediatamente averiguada e, caso haja indícios da sua veracidade, será comunicada às autoridades competentes. No caso da responsabilidade comprovada ser imputável ao colaborador da Fundação COI, será instaurado o respetivo processo disciplinar.

24. QUEBRA DE CONFIDENCIALIDADE

Toda a informação relativa à criança e ao seu agregado familiar e que seja facultada por este, será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação COI, que intervêm diretamente no processo da criança. Todos os dados constantes no processo individual estão protegidos nos termos da Lei nº 67/98 e legislação complementar. Em caso de quebra da confidencialidade, existe um procedimento interno aprovado para diligenciar no sentido de restabelecer a situação e, se for o caso, instaurará o respetivo processo de averiguações para apurar responsabilidades.

25. ALTERAÇÕES A ESTE REGULAMENTO

- a) Este regulamento é revisto anualmente e sempre que se justifique, tendo em conta o melhor funcionamento da Creche, e alterações dos protocolos celebrados com Entidades Oficiais;
- b) Sendo que as comparticipações familiares são calculadas em função da Remuneração Mensal Mínima Garantida, as mesmas serão alteradas sempre que se verifiquem alterações daquele valor legal, considerando-se aqui como aprovada a tabela constante na **alínea a) do ponto 2.1 do Anexo I**, a qual está indexada ao referido na Retribuição Mínima Mensal Garantida (R.M.M.G).
- c) Quando esta situação ocorrer, os clientes e seus responsáveis serão avisados com 30 dias de antecedência sobre a matéria a alterar, e suas implicações no Contrato de Prestação de Serviços assinados, se se verificarem na vigência do mesmo;
- d) A Fundação comunicará ao Instituto de Segurança Social as alterações ao Regulamento Interno, conforme o nº 2 do artº 30º do Decreto Lei nº 33/2014, de 4 de março;
As alterações das comparticipações familiares aplicam-se no mês seguinte ao da sua publicação;
- e) Estas alterações podem concretizar-se por anexos ao mesmo.

26. APROVAÇÃO

De acordo com os Estatutos da Fundação COI compete ao Conselho de Administração aprovar as suas alterações.

Aprovado em reunião de Conselho de Administração.

17/05/2019

O Conselho de Administração



ANEXO I

CRECHE

1.- PRINCÍPIOS GERAIS

1.1.- COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

Por participação familiar entende-se o valor com que o cliente da Fundação COI e/ou seus familiares contribui mensalmente, de acordo com o rendimento *Per Capita* do seu agregado familiar, pela utilização dos serviços da Fundação COI.

1.2.- CONCEITO DE AGREGADO FAMILIAR

O agregado familiar a considerar para efeitos da aplicação das presentes normas é constituído pelas pessoas ligadas entre si por vínculos de casamento, parentesco, adoção, afinidade ou outras situações assimiláveis estáveis, desde que vivam em economia comum.

1.3.- RENDIMENTO MENSAL ILÍQUIDO

O valor do rendimento mensal ilíquido do agregado familiar é o duodécimo da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos, calculado nos termos do **ponto n.º5.6.** do Regulamento Interno e dos pontos que se seguem.

1.4.- CÁLCULO DO RENDIMENTO *PER CAPITA*

a) A participação familiar é calculada com base nos rendimentos do agregado familiar (trabalho dependente, trabalho independente, pensões, prestações sociais, bolsas de estudo e formação, prediais, capitais ou outras fontes de rendimento);

b) O cálculo do rendimento *Per Capita* mensal do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = \frac{RAF/12 - D}{n}$$

Sendo:

RC= Rendimento *Per Capita* mensal

RAF= Rendimento do agregado familiar (**anual ou anualizado**)

D= Despesas mensais fixas

n= Número de elementos do agregado familiar

1.5.- DESPESAS FIXAS

Consideram-se despesas mensais fixas do agregado familiar:

- a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente o Imposto sobre o Rendimento e a Taxa Social Única;
- b) O Valor da renda da casa ou da prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria e permanente;
- c) Encargos médios mensais com transportes públicos, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona de residência;
- d) Despesas com saúde e aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica;
- e) Despesas de comparticipação familiar pagas pelos descendentes em Residência de Idosos;
- f) O somatório das despesas, referidas nas alíneas b), c) e d), serão consideradas até ao limite máximo equivalente ao montante da R. M.M.G.. Nos casos em que essa soma é inferior a R.M.M.G., é considerado o valor real da despesa.

1.6.- PROVA DE RENDIMENTOS E DESPESAS

- a) A prova dos rendimentos declarados será feita anualmente mediante a apresentação de documentos comprovativos adequados e credíveis;
- b) Os rendimentos provenientes de exercício da atividade profissional por conta própria, para efeitos de cálculo do rendimento *Per Capita*, não podem ser inferiores aos que tiveram sido declarados ou apurados como base de incidência contributiva, nos termos da respetiva legislação nas competentes instituições de segurança social, para o regime dos trabalhadores independentes;
- c) No caso de trabalhadores dispensados da entrega da declaração do I.R.S., mediante Declaração das Finanças comprovativa, aplica-se a Tabela de Remunerações médias mensais, publicada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- d) A prova de rendimentos provenientes da atividade dos trabalhadores migrantes será feita pela apresentação de documento passado pela Instituição de Segurança Social que no país de trabalho o abranja ou pelas respetivas entidades empregadoras;
- e) A prova de situação de desemprego, mediante a apresentação da declaração emitida pelo Centro Regional de Segurança Social, deverá ser feita trimestralmente;

- f) A despesa apresentada relativa à habitação deve coincidir com a morada da família;
- g) Sempre que existam fundadas dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimentos são feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, podendo a Fundação COI determinar a comparticipação familiar de acordo com os rendimentos presumidos. Nestas situações ficam os clientes obrigados ao pagamento da contribuição familiar mensal estipulada pelo Conselho de Administração até prova em contrário e aceite por este, que permita determinar outra comparticipação familiar.

1.7.– REVISÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES

- a) As comparticipações familiares são objeto de revisão anual, no mês de Setembro, ou sempre que ocorram alterações, designadamente no rendimento do agregado familiar, que estiveram na base da definição da comparticipação familiar pela utilização da Resposta Social, designadamente no rendimento *per capita mensal*, pode a Instituição proceder à revisão da respetiva comparticipação.

1.8.– COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR MÁXIMA

- a) A comparticipação familiar máxima calculada nos termos das presentes normas, não poderá exceder o custo real do cliente verificado no equipamento ou serviço que utiliza;
- b) O custo médio real da criança é calculado em função do valor das despesas efetivamente verificadas no ano anterior com o funcionamento do serviço ou equipamento, atualizado de acordo com o índice de inflação e ainda em função do número de crianças que frequentaram o serviço ou equipamento do mesmo ano;

Nas despesas referidas no número anterior incluem-se quer as despesas específicas do serviço ou equipamento, quer a participação que lhe seja imputável nas despesas comuns a outros serviços da Fundação COI que concorram para o funcionamento da Resposta Social.

1.9.– SITUAÇÕES ESPECIAIS

Podem ficar fora do âmbito da presente tabela, as situações que tenham sido objeto de acordos especiais com o Centro Regional de Segurança Social. Estes acordos devem-se, em geral, às condições precárias detetadas nalguns agregados familiares, e consequentemente, ao insustentável ambiente sociofamiliar em que a criança se encontra;

- a) Para todos estes casos será efetuada uma rigorosa análise (caso a caso), de forma a que não se aproveitem dela os casos que não constituam exceção;

b) Para as situações de reconhecida dificuldade económica e/ou social, devidamente comprovadas pelo Centro Regional de Segurança Social ou pela Fundação COI, o Conselho de Administração estabeleceu um Escalão Zero, que corresponde à frequência gratuita da Fundação COI.

1.10.– PAGAMENTO DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES

- a) As comparticipações familiares mensais devem ser pagas nos primeiros dez dias do mês a que dizem respeito;
- b) As comparticipações familiares mensais pagas fora de prazo, entre o dia 10 e o final do mês a que dizem respeito, ficam sujeitas a um acréscimo de 20% do total;
- c) Aos Encarregados de Educação que não satisfaçam o pagamento da comparticipação familiar mensal até final do mês a que a mesma se refere, sem que apresentem ao Conselho de Administração uma justificação que seja por este aceite, será concedido mais um prazo de 30 dias, findo o qual o contrato de prestação de serviços poderá ser suspenso até que a situação fique regularizada;
- d) As comparticipações familiares poderão ser pagas da seguinte forma:
 - **Sede:** no Gabinete de Apoio Geral em dinheiro, multibanco, transferência bancária ou cheque.
 - **Creche de Vila Bela:** Multibanco.

2.– COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

2.1.– A comparticipação familiar devida pela utilização dos serviços ou equipamentos de **creche**, é calculada com base nos escalões de rendimento *Per Capita* indexados à Remuneração Mínima Mensal Garantida (R.M.M.G.), a seguir indicados, e de acordo com os quadros constantes na **alínea a)**.

1º escalão - $\leq 30\%$ da R.M.M.G.

2º escalão - $> 30\%$ a $\leq 50\%$ da R.M.M.G.

3º escalão - $> 50\%$ a $\leq 70\%$ da R.M.M.G.

4º escalão - $> 70\%$ a $\leq 100\%$ da R.M.M.G.

5º escalão - $> 100\%$ a $\leq 150\%$ da R.M.M.G.

6º escalão - $> 150\%$ R.M.M.G.

a) A comparticipação familiar é determinada pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento *Per Capita* do agregado familiar conforme os quadros seguintes:

PERCENTAGEM A APLICAR POR ESCALÃO DE RENDIMENTO

Escalões	A	B	C	D	E	F
R.M.M.G.	15%	22,5%	27,5%	30%	32,5%	35%

ESCALÃO	RENDIMENTO PER CAPITA	COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR Mínima *	COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR Máxima *
A	180,00 €	----	27,00 €
B	181,00€ a 300,00€	40,73 €	67,50 €
C	301,00€ a 420,00€	82,78 €	115,50 €
D	421,00€ a 600,00€	126,30 €	180,00 €
E	601,00€ a 900,00€	195,33 €	292,50 €
F	Mais de 901,00€	315,35 €	315,35 €

2.2. - A COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA CRECHE INCLUI

- a) A alimentação:
 - Almoço;
 - Lanche;
- b) Movimento, Música e Drama a partir dos 12 meses;
- c) Apoio Psicológico;
- d) Saídas ao exterior na carrinha no perímetro urbano da freguesia;
- e) Acompanhamento na carrinha, nos casos de crianças com necessidades educativas especiais;
- f) Acompanhamento à praia;
- g) Todos os materiais utilizados nas atividades.

2.2.1. A COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA CRECHE EXCLUI

- a) Pequeno Almoço;
- b) Lanche ligeiro para quem requer período prolongado.

2.3.- As atividades que impliquem encargos com transportes e/ou contratação de pessoal especializado:

- Transporte;



- Praia;
- Visitas, para além do perímetro urbano da freguesia;
- Outras atividades complementares que venham a implementar-se;
- Declarações de frequência desta Resposta Social (Anexo - consultar preçário).

3.- DESCONTOS

3.1.- Descontos mensais a efetuarem na mensalidade em períodos de ausência da Fundação COI:

- a) Haverá lugar a uma redução de 10% da comparticipação familiar mensal, quando o período de ausência, devidamente fundamentada, exceder 15 dias seguidos;
- b) No período de férias dos Encarregados de Educação efetuar-se-á o desconto de acordo com o número de dias referentes ao período de férias no mínimo de 15 dias consecutivos, em conformidade com a **alínea b) do ponto n.º 11**, ou seja, desde que seja comunicado à Fundação COI, em impresso próprio em anexo, até quinze dias antes do período previsto para férias.

4. - SERVIÇOS NÃO INCLUÍDOS NA MENSALIDADE

4.1. - TRANSPORTE

- a) Custo do serviço de transporte de ida e volta, por criança (Anexo - consultar preçário).
- b) Sempre que seja requerida apenas a ida ou a volta, o custo do transporte será reduzido a metade do valor acima indicado;

Os pais devem informar de véspera ou no próprio dia, em tempo útil, sempre que se verifique alteração ao horário normal;

No mês de Agosto não existe serviço de transporte.

4.2. - PEQUENO - ALMOÇO

- a) Pequeno-almoço (Anexo - consultar preçário).

5.- ACERTOS DE CONTAS

Os acertos de contas serão sempre feitos no mês de Julho ou Agosto ou no último mês em que a criança frequente a instituição.

6.- RENOVAÇÃO DE FREQUÊNCIA

A frequência da creche será renovada, anualmente, conforme orientação de serviço.

6.1. – Documentos a apresentar:

Os documentos a apresentar são os constantes no **ponto n.º 5.6.** do Regulamento Interno.

- Será devido o pagamento referente à renovação de frequência.
- A renovação de frequência além do prazo definido no **ponto n.º 6.1** do **Anexo I** implica o pagamento do valor da inscrição.
- A não renovação de frequência no prazo indicado, implica a perda de vaga, se houver outros interessados.
- Não haverá renovação de frequência a quem tiver uma dívida para com a Fundação COI relativa ao ano anterior.

7.- ENTRADA EM VIGOR DA NOVA TABELA

As tabelas de mensalidades constantes no presente regulamento entrarão em vigor imediatamente após a aprovação pelo Conselho de Administração.

8.- CASOS OMISSOS

Os casos omissos ao presente Regulamento serão decididos pelo Conselho de Administração.

9.- APROVAÇÃO

Aprovado em reunião de Conselho de Administração.

17/05/2019

O Conselho de Administração



ANEXO II



PREÇÁRIO

INSCRIÇÃO	88,00 €
RENOVAÇÃO DE FREQUÊNCIA (ANUALMENTE)	59,00 €
SERVIÇO DE TRANSPORTE DE IDA E VOLTA, POR CRIANÇA (MENSAL)	42,00 €
SEGURO CONTRA ACIDENTES E RESPONSABILIDADE CIVIL, COM PERIODICIDADE ANUAL.	20,00 €
PEQUENO-ALMOÇO (DIÁRIO)	1,20 €
BIBE	24,00 €
CHAPÉU	6,00 €
SACO	12,00 €
A PERMANÊNCIA ALÉM DAS 18H00	20,00 €
NÃO CUMPRIMENTO DO HORÁRIO DE SAÍDA DA CRIANÇA ATÉ ÀS 18H30	5,00 €
CADA PERÍODO DE MEIA HORA ALÉM DAS 18H30	4,00 €
VALOR DA REFEIÇÃO ALÉM DAS 20H00	4,00 €
CADA FOTOCÓPIA DO PROCESSO INDIVIDUAL DA CRIANÇA (CUSTO OPERACIONAL)	0,50 €
DECLARAÇÕES DE FREQUÊNCIA DESTA RESPOSTA SOCIAL	2,00 €

Nota: Preços com IVA incluído à taxa legal em vigor.



ANEXO III



F u n d a ç ã o C O I

Área da Infância e Juventude

FCOI/AIJ/CR/M01/11 - Regulamento interno R09 17/05/19





DECLARAÇÃO DE FALTAS

Resposta Social _____

Nome da Criança _____

Sala _____

Período de faltas à Fundação:

De _____ de _____ a _____ de _____

Motivo:

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: Este impresso deverá ser entregue ao Responsável da sala da Resposta Social no primeiro dia que a criança volta a frequentar a Fundação bem como documento comprovativo do restabelecimento do estado de saúde e da inexistência de doença infecto-contagiosa de acordo com o Regulamento Interno da Resposta Social.
Arquivar no processo individual da criança.



DECLARAÇÃO DE FÉRIAS

Resposta Social _____

Nome da Criança _____

Sala _____

Período de Férias

De _____ de _____ a _____ de _____

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche o impresso com o período de férias e entrega no Gabinete de Apoio Geral da Fundação COI, até quinze dias antes do período previsto para férias. Arquivar no processo individual da criança.



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Resposta Social

Nome da Criança: _____

Sala: _____

Início do Tratamento: ____ / ____ / ____

Fim do Tratamento: ____ / ____ / ____

Nome do Medicamento *	Administração prescrita pelo médico		
	Dose	Hora	Via de Administração

* Deverá anexar a bula ou fotocópia desta, dos medicamentos entregues.

Pinhal Novo, ____ de ____ de ____

Encarregado de Educação

Recebido em: ____ / ____ / ____

Assinatura do Colaborador: _____

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche a ficha de identificação de medicamentos e entrega-a ao Colaborador que rececionar a criança/jovem na Instituição, devendo datar e assinar. O colaborador deverá fazer a sua entrega ao Responsável de sala da resposta social, que preenche o documento FCOI/AIJ/46/12 – Registo de controlo de toma de medicação e informa o(s) colaborador(es) de sala.
O Encarregado de Educação deverá anexar a bula ou fotocópia(s) desta(s) a este impresso do medicamento(s) a administrar. Arquivar no processo individual administrativo da criança no Gabinete de Apoio Geral.



FICHA DE TRANSPORTE

Resposta Social _____

Nome da Criança _____

Sala _____

MORADA _____

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA QUE RECOLHE A CRIANÇA

RECOLHA (Período da Manhã) _____ : _____

ENTREGA (Período da Tarde) _____ : _____

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche o impresso quando efetua o pedido de transporte e entrega-o no Gabinete de Apoio Geral.
Arquivar no processo individual da criança.



FICHA DE DESISTÊNCIA DE TRANSPORTE

Resposta Social _____

Nome da Criança _____

Eu, _____, Encarregado(a) de

Educação do(a) Criança _____

a frequentar a sala _____, comunico que desisto do serviço

de transporte no seguinte horário:

- Manhã _____

- Tarde _____

- a partir de _____ / _____ / _____.

Os motivos são:

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche o impresso, quando efetua a desistência do transporte.
A declaração é assinada pelo Encarregado de Educação e entregue no Gabinete de Apoio Geral.
Arquivar no processo individual da criança.



FICHA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO

Resposta Social _____

Eu, _____, Encarregado(a) de

Educação da Criança _____ a

frequentar a sala _____, comunico que pretendo que o

meu educando(a) usufrua do prolongamento de horário a partir das 18h00, com início em

_____/_____/_____

Cumpro assim o ponto do Regulamento Interno referente ao Horário de Funcionamento.

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche o impresso efetuando o pedido de prolongamento de horário da criança, anexando a(s) declaração(ões) da(s) Entidade(s) Patronal(is) com o(s) horário(s) de trabalho e entrega no Gabinete Social e Psicologia para confirmação, que posteriormente entrega no Gabinete Apoio Geral e Coordenação Pedagógica. Arquivar no processo individual da criança.



FICHA DE DESISTÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO

Resposta Social _____

Eu, _____ na qualidade de

Encarregado de Educação de _____

da sala _____, venho por este meio comunicar a desistência do prolongamento

de horário, a partir do dia ____ / ____ / ____ pelo seguinte motivo:

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche a comunicação de desistência do prolongamento de horário a partir de determinada data e descreve o motivo da mesma.
A declaração é assinada pelo Encarregado de Educação e entregue no Gabinete de Apoio Geral.
Arquivar no processo individual da criança.

FICHA DE DESISTÊNCIA DA CRIANÇA

Resposta Social

Eu, _____ na qualidade de
Encarregado de Educação de _____
da Resposta Social de _____ da sala _____,
venho por este meio comunicar a desistência da frequência da mesma, a partir do dia
___ / ___ / _____ pelo seguinte motivo:

☐ - Não adaptação da criança

Especifique: _____

☐ - Insatisfação das necessidades da criança

Diga quais: _____

☐ - Insatisfação das necessidades da sua família

Diga quais: _____

☐ - Mudança de Residência

☐ - Mudança de Resposta Social

☐ - Incumprimento das cláusulas contratuais

Indique quais pelo, nº do contrato, os pontos incumpridos: _____

☐ - Outras _____

Pinhal Novo, _____ de _____ de _____

Encarregado de Educação

Procedimento: O Encarregado de Educação preenche a comunicação de desistência do serviço, a partir de determinada data e assinala o motivo da mesma. A declaração é assinada pelo(s) Encarregado(s) de Educação e entregue no Gabinete de Apoio Geral.
Arquivar no processo individual da criança, depois do devido tratamento administrativo.
Em caso de desistência da criança, deverá ser analisado o motivo pelo Gabinete de Estudos, Projetos, Formação, Gestão da Qualidade e Auditorias Internas, para eventuais correções de gestão a serem consideradas na avaliação anual.

